

**Assunto:** [Africa\_Corruption&HR] Declaração de especialistas em direitos humanos da ONU, pedindo por um fortalecimento do Mecanismo de Revisão da Implementação (IRM) da UNCAC e do espaço cívico no combate à corrupção.

**UNCAC** é a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção — o único instrumento jurídico universalmente vinculativo dedicado ao combate à corrupção em todas as suas formas.

Foi adotada em 2003 pela Assembleia Geral da ONU e entrou em vigor em 2005.

Ratificada por mais de 190 países, incluindo a Guiné-Bissau.

Coordenada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

### **Ler Carta Aberta**

**Carta Aberta:** Aprimorando os Esforços Anticorrupção Globalmente por meio da Adoção de um Mecanismo de Revisão da UNCAC Mais Eficaz, Transparente e Inclusivo

8 de julho de 2025

Nós, as 409 organizações, entidades, empresas e especialistas abaixo assinados de 111 países, instamos os Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) a fortalecerem o Mecanismo de Revisão da Implementação (IRM) da Convenção para aumentar seu impacto na prevenção e no combate à corrupção em todo o mundo.

A UNCAC é o único instrumento anticorrupção abrangente e juridicamente vinculativo do mundo, com cobertura quase global e 191 partes na Convenção. Portanto, um mecanismo de revisão robusto da UNCAC que promova efetivamente a implementação da Convenção é fundamental para o combate à corrupção em todo o mundo, bem como outros desafios globais a ela vinculados, e é fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. No entanto, o Mecanismo de Revisão Integrada (IRM) apresenta inúmeras fragilidades e padrões substancialmente mais baixos em comparação com outros mecanismos de monitoramento regionais e globais, o que prejudica seu impacto no avanço da implementação efetiva dos compromissos da UNCAC em nível nacional. Essas fragilidades incluem transparência inadequada e participação insatisfatória da sociedade civil e de outras partes interessadas não governamentais, um processo de revisão longo e ineficiente e a ausência de um processo de acompanhamento estruturado para avaliar a implementação das recomendações da revisão por país e como as estruturas legais funcionam na prática.

Enquanto os governos deliberam sobre o escopo e o formato da próxima fase do IRM, apelamos aos Estados Partes da UNCAC para que fortaleçam o IRM na 11ª Conferência dos Estados Partes da UNCAC, em dezembro de 2025, concordando com os seguintes princípios:

1.

Aumentar a transparência: Publicar cronogramas para as revisões dos países e como as partes interessadas podem se envolver, bem como todas as contribuições e documentos de resultados das revisões da UNCAC, incluindo relatórios completos dos países e submissões das partes interessadas, permitindo que a sociedade civil, organizações intergovernamentais, o setor

privado, jornalistas, acadêmicos, doadores, parceiros de desenvolvimento e outros atores que contribuem para os esforços de combate à corrupção utilizem as informações.

2.

Fortalecer a participação das partes interessadas: Consultar de forma significativa as organizações da sociedade civil, a academia, as associações profissionais, o setor privado, jornalistas e outras partes interessadas não governamentais em etapas-chave das revisões e acompanhamento dos países, incluindo assistência técnica, e refletir a participação e as opiniões das partes interessadas nos relatórios e resumos executivos dos países. Permitir que as partes interessadas não governamentais participem das reuniões do Grupo de Revisão da Implementação da UNCAC, bem como de outros grupos de trabalho da UNCAC.

3.

Aumentar a eficiência: Publicar um calendário global de revisões por país, atualizado regularmente, para manter o cronograma de revisões em dia, fornecendo explicações sobre os atrasos e como eles serão resolvidos.

4.

Estabelecer um processo de acompanhamento estruturado: Adotar um processo formal de acompanhamento para monitorar regularmente como os países abordaram as recomendações de revisões anteriores, incluindo recomendações de assistência técnica, e para revisar novos desenvolvimentos, com os países enviando e publicando relatórios de progresso anualmente.

5.

Avaliar a eficácia da implementação: Realizar revisões com foco central na avaliação da implementação da UNCAC na prática, examinando aspectos como conformidade, ações preventivas, investigativas e de execução, e os recursos e a independência dos órgãos competentes de combate à corrupção.

Um Mecanismo de Gestão Integrada (MGI) mais transparente e inclusivo aproveitará a valiosa expertise e experiência da sociedade civil e de outras partes interessadas não governamentais em combate à corrupção e aumentará a responsabilização governamental.

Ressaltamos nosso interesse em colaborar com o Mecanismo de Gestão Integrada (MGI) da UNCAC em sua próxima fase, contribuindo para as revisões e o acompanhamento nacionais e utilizando as conclusões e os documentos finais do mecanismo de revisão.

Instamos todos os Estados Partes a apoiarem a adoção de um mecanismo de revisão fortalecido, em conformidade com estas recomendações, criando um Mecanismo de Gestão Integrada (MGI) mais transparente, inclusivo, eficiente e eficaz, que aumentará o impacto da UNCAC no combate global à corrupção.

Signatários (em ordem alfabética)

Organizações não governamentais, associações, empresas e outras entidades:

(nome, país, função / afiliação)